



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE/RO**

**OFÍCIO Nº 36/GAB.12/CMOPO/RO**

**EM, 11 DE AGOSTO DE 1997.**

Senhor Presidente,

Em anexo estamos encaminhando o Projeto de Lei nº /97, que trata de um incentivo ao contribuinte que possa adotar ou assumir a guarda de um menor carente.

Certo de poder contar com a vossa inestimável atenção no encaminhamento desta matéria, aproveitamos a oportunidade para elevarmos os nossos cordiais cumprimentos.

Atenciosamente,

**Manoel Mariano Neto**  
Vereador - PT

**CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE**

**Antônio de Souza Reis Filho**  
Vereador - PSDB

**CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE**

**Luzia Dinora Vieira**  
Vereadora - PPS

**CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE**

**Alain Barbosa**  
Vereador - PT

**EXMº SR.**  
**JOSÉ JOVIAL PASCOAL DA SILVA**  
**MD PRESIDENTE CÂMARA MUNICIPAL**  
**OURO PRETO DO OESTE - RO.**

Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste  
Serv. de Protocolo  
Recebido Em 12/08/97  
Horas: 7:55  
**CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE**  
**Degivaldo Jesus dos Santos**  
Seção Protocolo  
Port. 039/GP/CMOPO/RO/97



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE/RO**

**PROJETO DE LEI**

**PROJETO DE LEI Nº 179/97**  
**OURO PRETO DO OESTE**

**EM, SEGUNDA FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 1997.**

ISENTA DO PAGAMENTO DO IPTU O  
CONTRIBUINTE QUE ADOTAR OU  
ASSUMIR A GUARDA DE MENOR  
CARENTE.

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou e promulgou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica isento do pagamento do IPTU incidente sobre o imóvel de sua propriedade e em que residir o contribuinte que venha a adotar, legalmente, criança carente.

Art. 2º - O mesmo benefício será concedido ao contribuinte que assumir a guarda legal de criança carente, enquanto perdurar essa guarda.

Art. 3º - A isenção prevista no Art. 1º será requerida após a adoção e com a comprovação do fato, enquanto a isenção prevista no Art. 2º deverá ser requerida com a prova da guarda, devendo ser renovada anualmente, até o terceiro mês do exercício fiscal.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

Antônio de Souza Pena Filho  
Vereador - PSDB

Manoel Mariano Neto  
Vereador - PT

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

Ronilton Rodrigues Reis  
Vereador - PDT

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

Luzia Dinorá Vieira  
Vereadora - PPB

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

Amílcar Barbosa  
Vereador - PT





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE/RO**

**PROJETO DE LEI**

**PROJETO DE LEI Nº 179 /97**  
**OURO PRETO DO OESTE**

**EM, SEGUNDA FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 1997.**

ISENTA DO PAGAMENTO DO IPTU O  
CONTRIBUINTE QUE ADOTAR OU  
ASSUMIR A GUARDA DE MENOR  
CARENTE.

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou e promulgou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica isento do pagamento do IPTU incidente sobre o imóvel de sua propriedade e em que residir o contribuinte que venha a adotar, legalmente, criança carente.

Art. 2º - O mesmo benefício será concedido ao contribuinte que assumir a guarda legal de criança carente, enquanto perdurar essa guarda.

Art. 3º - A isenção prevista no Art. 1º será requerida após a adoção e com a comprovação do fato, enquanto a isenção prevista no Art. 2º deverá ser requerida com a prova da guarda, devendo ser renovada anualmente, até o terceiro mês do exercício fiscal.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

Antônio de Souza Pena Filho  
Vereador - PSDB

Manoel Mariano Neto  
Vereador - PT

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

Ronilton Rodrigues Reis  
Vereador - PDT

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

Luzia Dinora Vieira  
Vereadora - PPB

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

Almir Barbosa



## MENSAGEM - JUSTIFICATIVA

A vida é um bem absoluto e deve estar acima dos interesses de qualquer Governo, mesmo tendo um abrigo municipal, retaguarda do Conselho Tutelar, protegido pela Lei Federal 8.069/90, a tendência é cada vez mais aumentar o índice de menor abandonado. Nos últimos anos um crescimento do número de famílias que, face à injusta distribuição de renda, não consegue obter rendimento suficiente à sua sobrevivência, o mais grave é o crime impiedoso do abandono do recém-nascido à vida, muitos até mesmo no lixo. Este Projeto de Lei não termina com o problema, mais é uma forma de incentivar em casos excepcionais para encaminhar às famílias substitutas.

Certos de poder contar com o apoio na pessoa de cada edil, o voto na aprovação deste Projeto de Lei nº /97.

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

*Mendonça Neto*  
Mendonça Neto  
Vereador - PT

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

*Antônio de Souza Pena Filho*  
Antônio de Souza Pena Filho  
Vereador - PSDB

OURO PRETO DO OESTE - RO  
EM, 11 DE AGOSTO DE 1997.

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

*Luzia Dinara Vieira*  
Luzia Dinara Vieira  
Vereadora - PPB

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

*Almir Barbosa*  
Almir Barbosa  
Vereador - PT





## MENSAGEM - JUSTIFICATIVA

A vida é um bem absoluto e deve estar acima dos interesses de qualquer Governo, mesmo tendo um abrigo municipal, retaguarda do Conselho Tutelar, protegido pela Lei Federal 8.069/90, a tendência é cada vez mais aumentar o índice de menor abandonado. Nos últimos anos um crescimento do número de famílias que, face à injusta distribuição de renda, não consegue obter rendimento suficiente à sua sobrevivência, o mais grave é o crime impiedoso do abandono do recém-nascido à vida, muitos até mesmo no lixo. Este Projeto de Lei não termina com o problema, mais é uma forma de incentivar em casos excepcionais para encaminhar às famílias substitutas.

Certos de poder contar com o apoio na pessoa de cada edil, o voto na aprovação deste Projeto de Lei nº 197.

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

*Marcos Mariano Neto*  
Mariano Neto  
Vereador - PT

OURO PRETO DO OESTE - RO  
EM, 11 DE AGOSTO DE 1997.

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

*Antônio de Souza Pena Filho*  
Antônio de Souza Pena Filho  
Vereador - PSD

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

*Luzia Dinora Vieira*  
Luzia Dinora Vieira  
Vereadora - PPB

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

*Almir Barbosa*  
Almir Barbosa  
Vereador - RR



## MENSAGEM - JUSTIFICATIVA

A vida é um bem absoluto e deve estar acima dos interesses de qualquer Governo, mesmo tendo um abrigo municipal, retaguarda do Conselho Tutelar, protegido pela Lei Federal 8.069/90, a tendência é cada vez mais aumentar o índice de menor abandonado. Nos últimos anos um crescimento do número de famílias que, face à injusta distribuição de renda, não consegue obter rendimento suficiente à sua sobrevivência, o mais grave é o crime impiedoso do abandono do recém-nascido à vida, muitos até mesmo no lixo. Este Projeto de Lei não termina com o problema, mais é uma forma de incentivar em casos excepcionais para encaminhar às famílias substitutas.

Certos de poder contar com o apoio na pessoa de cada edil, o voto na aprovação deste Projeto de Lei nº /97.

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

Manoel Meriano Neto  
Vereador - PT

OURO PRETO DO OESTE - RO  
EM, 11 DE AGOSTO DE 1997.

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

Antônio de Souza Pena Filho  
Vereador - PSDB

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

Almir Barbosa  
Vereador - PT

Câmara Municipal de Oura Preto do Oeste  
 20010-0-0  
 12/08/97  
 307/97  
 Degivaldo

CÂMARA MUNICIPAL DE OURA PRETO  
 Proc. 307/97  
 Folha 005  
 Degivaldo  
 Protocolo

AO EXMO SR. PRESIDENTE:

Segue opresente processo montado nesta seção através dos documentos em anexo ao mesmo

Em, 12-08-97

CÂMARA MUNICIPAL DE OURA PRETO DO OESTE  
 Degivaldo Jesus dos Santos  
 Seção Protocolo  
 Port. 039/GR/CMOPD/RO/97

AO Assessor Jurídico

Reuiter parecer antes do enuei-  
 mento do plenário.

CMOPD, 250897

José Inácio Racional da Silva  
 Vereador / PMDB  
 Presidente / Câmara Municipal

AO Senhor Presidente

Encaminho pporer parecer Jurídico  
 a Vossa apreciação e providên-  
 ças.

Em, 27/08/1997. -

Quanto:





# **CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE - RO**

## **ASSESSORIA JURÍDICA**



PROJETO DE LEI Nº 179/97 DE 11 DE AGOSTO DE 1.997.

ASSUNTO: "ISENTA DE PAGAMENTO DO IPTU O CONTRIBUINTE QUE ADOTAR OU ASSUMIR A GUARDA DE MENOR CARENTE."

### PARECER TÉCNICO-JURÍDICO Nº 118/97

O Projeto de Lei supra citado, aportou-se nesta Assessoria para parecer técnico-jurídico, passemos à sua análise quanto à sua Constitucionalidade, legalidade e redação.

Quanto à sua Constitucionalidade:

O presente Projeto de Lei é inconstitucional, senão vejamos:

Diz o Artigo 29 da Constituição Federal em seu caput:

"Art. 24 - O município reger-se-à por Lei Orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal..."

Por sua vez a Lei Orgânica Municipal em se Art. 140, assim é expresso:

"Art. 140 - A isenção e remissão relativas a tributos e penalidades, só poderão ser concedidas em caráter genérico e fundada em interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato."

Continuação.....





# **CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE - RO**

## **ASSESSORIA JURÍDICA**



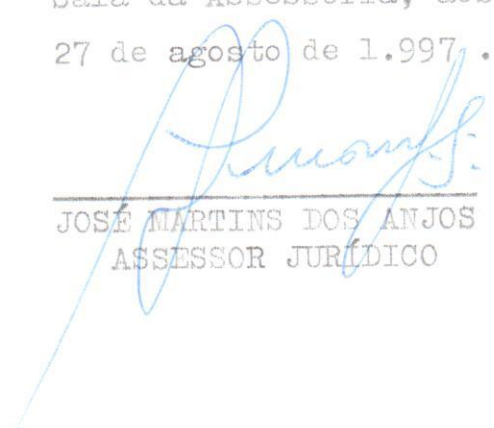
O Projeto concede a isenção de pagamento do I.P.T.U., incidente sobre o imóvel de sua propriedade e em que residir apenas ao contribuinte que venha legalmente adotar criança carente.

Ora, neste caso a isenção é específica, não sendo portanto genérica, por outro norte não se vislumbra o interesse público justificado, pois é uma Lei que beneficiará poucas pessoas em nossa sociedade. Interesse público é o interesse coletivo, não sendo o caso presente.

Razões pelas quais, concluímos que o Projeto é inconstitucional, por ser contrário ao Art. 140 da Lei Orgânica Municipal, devendo pois ser arquivado.

É nosso Parecer.

Sala da Assessoria, aos  
27 de agosto de 1.997.

  
\_\_\_\_\_  
JOSE MARTINS DOS ANJOS  
ASSESSOR JURÍDICO

A Divisão Legislativa

Segue o presente processo para providências necessárias.



Em 03/09/97  
José Jovial Pascoal da Silva  
Vereador / PMDB  
Presidente / Câmara Municipal

PO PLANOARIO;  
Segue o presente processo P/ Ponto-  
PIMENTO dos nobres Vereadores.  
BM, 04-09-97

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

Rubens José Vittorazi

Dir Div Legislativa  
Port 050/GP/CMOPQ/9

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
Divisão Legislativa  
Comissão Permanente de JUSTIÇA  
0 REDACAO  
Para Parecer dentro do prazo Regimental,  
em 09 de 09 de 1997  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
Diretor(a) Legislativo(a)  
Rubens José Vittorazi

Dir Div Legislativa  
Port 050/GP/CMOPQ/9

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE  
O Vereador MARIO MARCIO DE MORAES  
Presidente da Comissão Permanente de JUSTIÇA  
0 REDACAO  
No uso das atribuições que lhe confere o  
Art. 44 do Regimento Interno.  
Respeito Designar o Vereador Ronilton  
Rodrigues Reis  
Membro desta Comissão para atuar como Relator do Presente  
nº 307 PROPOSTA DO LOI Nº 174/97  
Sala das Comissões, Em 09 de setembro  
19 97

A  
Legislativa

**ESTADO DE RONDÔNIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE**

**COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PROJETO DE LEI Nº 179/97**

**DE 12 DE AGOSTO DE 1997.**

**ASSUNTO: “ISENTA DO PAGAMENTO DE IPTU O CONTRIBUINTE QUE  
ADOTAR OU ASSUMIR A GUARDA DE MENOR CARENTE.”**

**PARECER E VOTO DO RELATOR Nº 03/97.**

Relatando o presente Projeto, somos de parecer que o mesmo é inconstitucional, uma vez que a insenção deve ser genérica e não específica.

**É nosso parecer.**

**Sala das comissões em, 26/Setembro/1997.**



**RONILTON RODRIGUES REIS  
RELATOR**



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE**

**COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PROJETO DE LEI Nº 179/97**

**DE 12 DE AGOSTO DE 1997.**

**ASSUNTO: “ISENTA DO PAGAMENTO DE IPTU O CONTRIBUINTE QUE  
ADOTAR OU ASSUMIR A GUARDA DE MENOR CARENTE.”**

**PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 36/97.**

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE	
<b>APROVADO</b>	
VOTAÇÃO ÚNICA	
Quorum	09 FAVOR / 04 CONTRA
Sessão	ORDINÁRIA
Horas	19:00
Em	13 / 10 / 97

Em análise ao Projeto em questão, após minuciosa avaliação, somos de parecer que o mesmo é inconstitucional, entretanto, não podemos tirar o mérito do Projeto em si, pois o mesmo vem ao encontro de aspirações reais e dignas.

**É nosso parecer.**

**Sala das comissões em, 26/Setembro/1997.**

  
\_\_\_\_\_  
**MÁRIO MÁRCIO DE MORAES**  
**PRESIDENTE**

  
\_\_\_\_\_  
**RONILTON RODRIGUES REIS**  
**RELATOR**